



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XIX - RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO 2018  
MODELO 1 - SECRETARIAS DE ESTADO COM ENTIDADES SUPERVISIONADAS

PROGRAMA AÇÕES SUBAÇÃO (A)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (B)	DESPESA LIQUIDADADA (C)	% DE DESPESAS LIQUIDADAS / DESPESA AUTORIZADA (D)	PRODUTO (E)	META FÍSICA PREVISTA (F)	META FÍSICA REALIZADA (G)	COMENTÁRIOS (H)	INDICADOR DO PROGRAMA (I)
<b>1. Programa: 1016 - GESTÃO DAS RECEITAS</b>								
1.1 Atividade: 4085.0008 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias - ICMS	6.995.803,00	6.506.622,67	93,01%					
1.2 Atividade: 4085.0009 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias - IPVA	859.113,00	853.224,27	99,31%					

Notas:

- (A) O nome dos programas, ações e subação conforme a Lei Orçamentária Anual
- (B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro
- (C) Total da despesa liquidada por programa e ações
- (D) Percentual alcançado (C/B)
- (E) Produto em relação à meta física estipulada
- (F) Resultado físico previsto
- (G) Resultado físico alcançado
- (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
- (I) Indicador previsto para medição do programa.

## RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO SEFAZ EM 2018

### 1. ALINHAMENTO PROGRAMÁTICO DO PLANO ESTRATÉGICO DA SEFAZ

As quatro fontes básicas para o alinhamento programático do Plano Estratégico 2018 da Secretaria da Fazenda com as diretrizes do Governo Estadual são:

- a) O Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 “Todos por Pernambuco” - estabelece as Orientações Estratégicas do Governo Estadual para o quadriênio;
- b) O Mapa da Estratégia da SEFAZ 2016-2018 - estabelece o alinhamento programático das ações a serem desenvolvidas no exercício;
- c) As decisões tomadas pelo núcleo superior da gestão fazendária, na reunião de 20/12/2017, para avaliar os resultados/2017 e definir as metas globais e os objetivos setoriais, definidores do Plano Estratégico 2018 da SEFAZ;
- d) O Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco – PROFISCO II que, embora ainda em fase de preparação, estabeleceu um conjunto de metas, pactuado em 2017, e introduzido no Plano Estratégico da SEFAZ para que os investimentos pudessem ser iniciados no exercício 2018.

#### 1.1 O Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 - “Todos por Pernambuco”

O Governo do Estado construiu o Plano Plurianual 2016-2019 referenciado nos parâmetros do Modelo de Gestão “Todos por Pernambuco - Gestão Democrática e Regionalizada, com foco em Resultados”, investindo fortemente na modernização da Gestão Pública como meio eficaz para cumprir com os compromissos assumidos com a população no programa de governo.

O Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 apresenta o elenco de perspectivas e objetivos estratégicos, que norteiam a atuação da administração pública estadual.

São Perspectivas:

I - O Estado do Fazer - Capacidade de gerar resultados para todos os pernambucanos

II - Nova Economia - Oportunidades para todos os pernambucanos

III - Qualidade de Vida - Uma vida melhor para todos os pernambucanos.

A SEFAZ, cuja missão é “Prover e gerir os recursos financeiros necessários à implementação das políticas públicas do Estado, com vistas à manutenção do equilíbrio fiscal dinâmico”, tem participação importante na viabilização dos objetivos e ações que envolvem as três perspectivas acima, sendo dada maior ênfase à primeira - O Estado do Fazer.

Essa perspectiva é voltada para a modernização e efficientização da gestão pública estadual, com foco na racionalização dos recursos e otimização dos resultados, seguindo um modelo de governança democrático, transparente e eficiente, que apresenta como objetivo estratégico: consolidar a gestão pública eficaz, ampliar o investimento governamental e valorizar o servidor.

## **1.2 O Mapa da Estratégia da SEFAZ**

O segundo balizador do Plano Estratégico 2018 é o “Mapa da Estratégia” que está alinhado ao do governo do Estado. O Mapa Estratégico é um instrumento que tem por objetivo disponibilizar de forma clara e simples os insumos estratégicos dos rumos da organização num determinado tempo. O principal propósito é auxiliar a organização a descrever e traduzir seus desafios estratégicos em objetivos consistentes que mostrarão o caminho para o alcance da visão de futuro.

Da perspectiva do Mapa Estratégico do governo “O Estado do Fazer - Capacidade de Gerar Resultados para todos os Pernambucanos” derivam as Metas Globais da Secretaria da Fazenda, e também seus Objetivos Setoriais, estabelecidos e validados em Reunião de Planejamento Estratégico pelo Conselho Diretor Ampliado, que tem como presidente o Secretário da Fazenda.

### **1.3 Definições da Reunião do Conselho Diretor Ampliado**

Em 20 de dezembro de 2017, reuniu-se, sob a presidência do Secretário da Fazenda, a alta administração da SEFAZ, com a participação de mais de 55 diretores e gerentes das diversas áreas da instituição, para avaliar os principais resultados alcançados em 2017, face às metas e objetivos estratégicos propostos no ano anterior para o ano seguinte. Na mesma reunião, foram discutidas as proposta das Metas Globais para 2018, os Objetivos Estratégicos, as ações e os projetos priorizados para o ano de 2018.

### **1.4 O Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco – PROFISCO II**

A SEFAZ enfrenta novos desafios que precisam de investimentos para serem superados. Com o olhar para os novos desafios, a Secretaria da Fazenda em conjunto com as Secretarias de Administração, Planejamento e Gestão e Controladoria Geral do Estado deu início em fevereiro de 2017 à preparação do PROFISCO II.

O PROFISCO II contemplará um conjunto de investimentos que suportará o importante movimento de aperfeiçoamento da Administração Fazendária. Sendo financiado, parte com recursos próprios, parte com recursos de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A coordenação do PROFISCO em Pernambuco é feita pela Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) da SEFAZ-PE. No trabalho de preparação do Projeto foi aplicado um diagnóstico de Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal. Esse diagnóstico multisetorial contou com a participação de mais de 80 técnicos e permitiu a identificação dos principais desafios e problemas que precisam ser enfrentados

pela gestão fiscal de Pernambuco. Uma parte relevante desses desafios será superada com recursos do PROFISCO II. O objetivo geral do PROFISCO é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal do Estado de Pernambuco, por meio do aperfeiçoamento e eficiência da gestão fazendária com vistas ao incremento da receita própria e manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

O Projeto prevê, para o período 2019-2023, investimentos totais no valor de até US\$ 44,4 milhões a serem aportados em aquisições de bens, serviços e consultoria para os seguintes componentes e produtos:

**Componente 1. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL** - para melhoria da governança pública, do planejamento estratégico, da avaliação do desempenho institucional com estímulo à transparência e prestação de contas, fortalecendo o controle interno e externo, o desenvolvimento de pessoas com foco nas competências e a utilização dos recursos de tecnologias de informação e comunicação.

**Produtos:**

- 1.1 Governança fazendária aperfeiçoada;
- 1.2 Novo modelo de gestão de pessoas implantado;
- 1.3 Plataforma de tecnologia da Informação e comunicação atualizada.

**Componente 2. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL** - para simplificação das obrigações tributárias acessórias, apuração do gasto tributário, padronização de normas e procedimentos, controle mais efetivo das operações dos segmentos do varejo e dos veículos de cargas com uso de cruzamento de dados na identificação de fraudes em documentos fiscais eletrônicos - DF-e, ampliação do tratamento e utilização de informações digitais no combate à sonegação, simplificação e celeridade do contencioso fiscal reduzindo a visão fragmentada e não sistematizada da cobrança, em especial, quanto aos maiores devedores, automatizando os processos para restituição e compensação de créditos tributários e os processos para concessão e controle do parcelamento do ICMS.

**Produtos:**

- 2.1 Incentivos fiscais controlados;
- 2.2 Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias controladas;
- 2.3 Novo modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito implantado;
- 2.4 Recuperação de crédito aperfeiçoada;
- 2.5 Nova sistemática de obtenção de informações online do comércio varejista (NFC-e) implantada.

**Componente 3. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO** - para adequação da gestão contábil às exigências dos procedimentos de convergência, aperfeiçoando e automatizando os processos de elaboração de fluxo de caixa, com melhoria na gestão do contas a pagar e do acompanhamento da evolução do serviço da dívida, controlando os convênios de repasse de recursos e desenvolvendo novas estratégias em áreas críticas como o gerenciamento de custos e de compras governamentais e patrimônio.

**Produtos:**

- 3.1 Novo modelo de gestão dos recursos financeiros implantado;
- 3.2 Sistema para Gestão de Transferências Voluntárias implantado;
- 3.3 Novo Modelo de gestão contábil-financeira da folha de pagamento e patrimônio implantado;
- 3.4 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco;
- 3.5 Gestão de custos públicos implantada.

A preparação do projeto contemplou várias atividades e metas, acompanhadas, internamente, em reuniões com os líderes de produtos e por meio de missões de identificação e avaliação com o apoio do BID.

## **2. METAS E RESULTADOS DA SEFAZ EM 2017**

O Núcleo Estratégico da SEFAZ estabeleceu as Metas Globais em consonância com os objetivos governamentais, cujos resultados seguem abaixo:

### **2.1 - INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO: ICMS, ICD e IPVA**

As Metas de arrecadação dos impostos estaduais, para 2018, foram fixadas considerando os cenários projetados para o ambiente externo e os compromissos assumidos pelo Estado. O estabelecimento de metas desafiadoras foi induzido pelo processo de planejamento e condução interna mais favorável ao desempenho das tarefas.

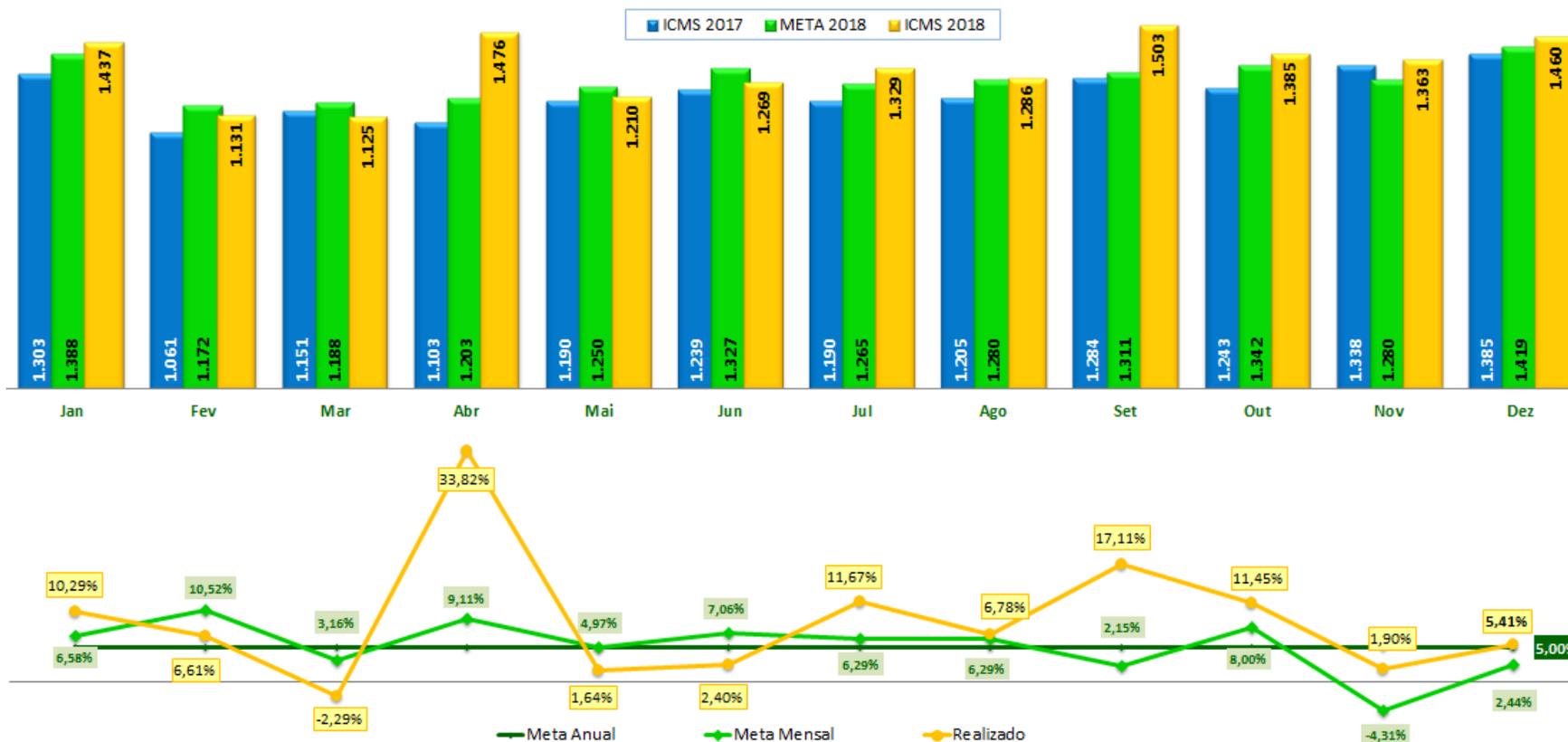
(valores nominais em R\$ milhões)

TRIBUTOS	Arrecadação 2017	Metas 2018 (Em %)	Metas 2018	Resultado da Arrecadação 2018	Resultado Anual (Em %)
ICMS*	14.691,57	5,00%	15.426,15	15.974,43	8,73%
ICD	85,52	8,00%	92,36	122,94	6,39%
IPVA	1.107,11	1,50%	1.123,71	1.177,89	43,75%

Fonte: GEET – Gerência de Estudos Econômicos (08.01.2018) \* Incluídos neste valor os pagamentos de ICMS a título de fundos: FUNCULTURA, FDS e FURPE

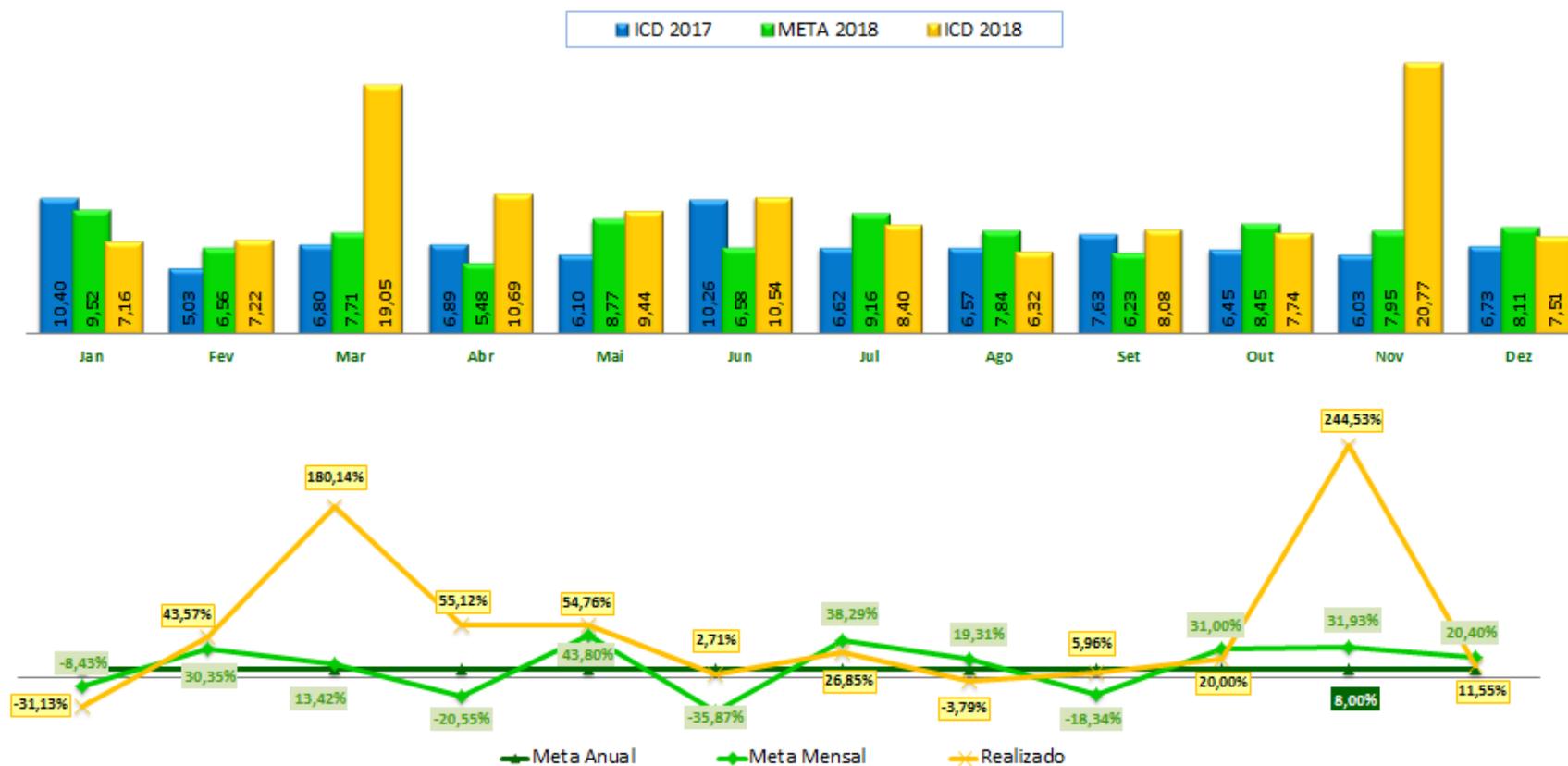
Relativamente ao ICMS, verificou-se que - ainda sob os impactos do baixo crescimento e da crise econômica do país e, consequentemente, do estado - em 8 dos 12 meses do ano, o resultado ficou acima da meta mensal. Em resultados bem mais promissores que os alcançados no ano anterior, o crescimento nominal anual da arrecadação deste tributo foi de 8,73%, representando um desempenho superior à meta estabelecida de crescer a arrecadação do ICMS em 5%.

A despeito do quadro de retração econômica que, embora persistente, perde força a partir do segundo semestre, o resultado obtido sofreu influências de medidas de gestão com mudanças nas sistemáticas de tributação do Polo Gesseiro, da linha branca de eletrodomésticos e eletroeletrônicos e do protocolo porta-a-porta para cosméticos. É importante destacar, ainda, as operações de combate à sonegação, tais como as operações *Diesel*, *Pano pra Manga*, *Guardião*, *Arco Metropolitano* e *Oriente IV*, além da finalização da implantação da Nota Fiscal ao Consumidor (NFC-e) e do Domicílio Fiscal Eletrônico como forma de aproximação do Fisco com o Contribuinte.

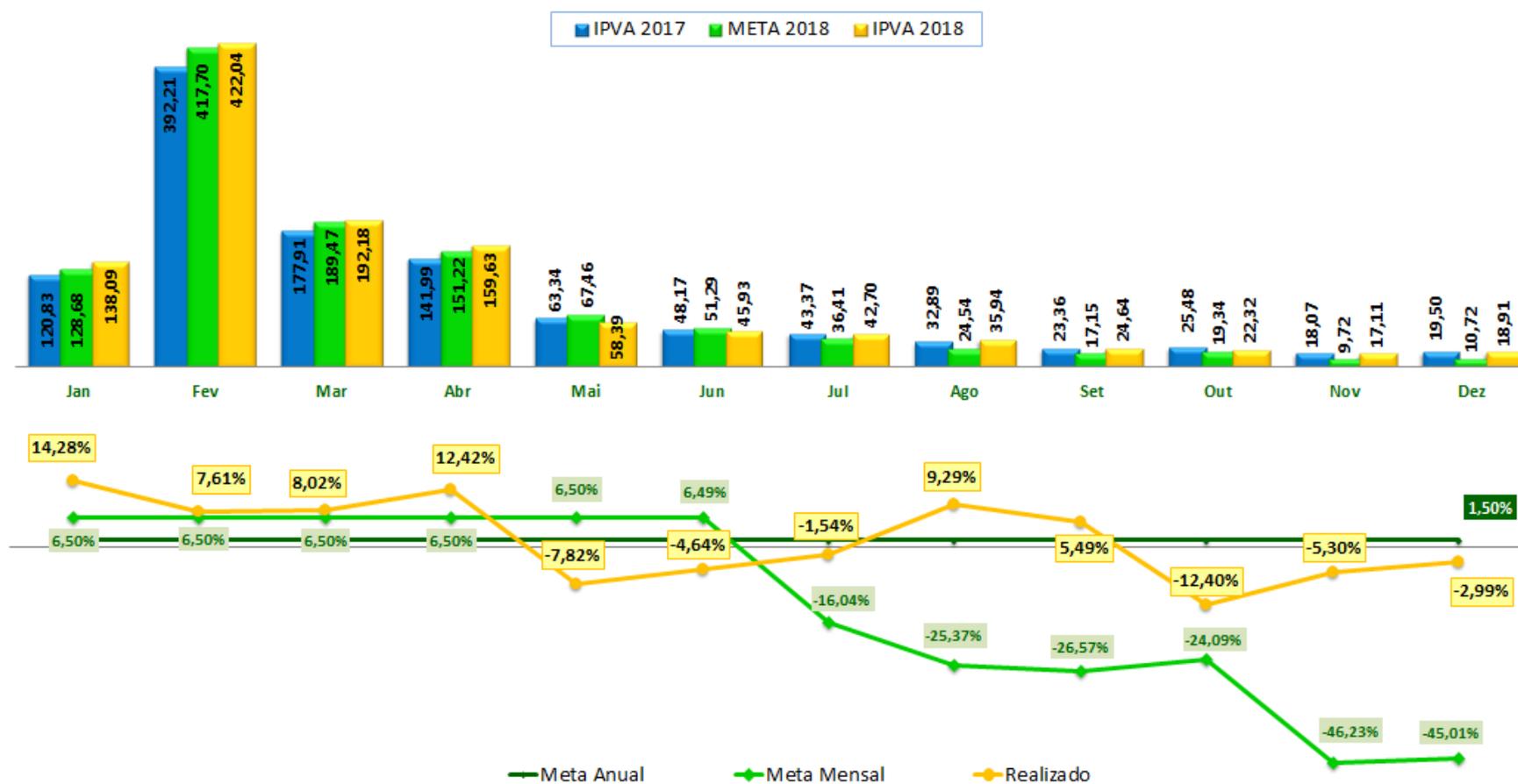


No que diz respeito ao Imposto sobre Causa Mortis e Doação - ICD, os resultados foram bastante satisfatórios em 2018. O ICD corresponde a cerca de 1% da arrecadação total dos tributos estaduais. A legislação passou por alterações na virada entre 2015 e 2016, antecipando muito da receita que viria em anos seguintes – evidentemente aquela associada às doações (lembrando que o tributo alcança fatos geradores de doação entre vivos e transmissão por causa mortis, entre outros). Esse foi um dos motivos por que houve depressão no recolhimento do ano de 2017. Para contrabalançar esse efeito, fez-se pela Lei Complementar 374 de 29/11/2017, o Programa Especial de Recupe-

ração de Créditos Tributários – PERC ICD, com prazo de adesão até 30 de março de 2018, o que produziu efeitos em 2018 levando ao fechamento da arrecadação desse tributo em mais de R\$ 120 milhões em 2018. O Programa Especial de Recuperação de Créditos Tributários do ICD – PERC-ICD, captou R\$ 53,3 milhões em crédito tributário. Os acréscimos resultantes do PERC-ICD podem ser claramente percebidos com os incrementos de arrecadação em vários meses e com picos nos meses de março e novembro.



O desempenho da arrecadação de 2018 do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA apontou, novamente, acréscimos positivos. É o segundo tributo em relevância no cômputo da arrecadação própria do Estado e nos 3 últimos anos, teve elevada a participação no conjunto da receita geral. Tal elevação deve-se a importantes medidas de gestão, tais como os movimentos de notificação de débitos que estavam em aberto e a negativação de devedores no SERASA, permitida por meio de convênio e restrita a débitos inscritos na dívida ativa.



A arrecadação do IPVA concentra-se no primeiro semestre de cada ano. Quanto aos resultados do IPVA em 2018, em apenas 2 dos 12 meses o resultado ficou abaixo da meta mensal estabelecida; no acumulado de janeiro a dezembro, no ano, houve acréscimo de R\$ 70,78 milhões em relação ao ano de 2017 e destes, R\$ 54,82 acima da meta estabelecida.

## 2.2. MANTER EQUILÍBRIO FISCAL DINÂMICO DO ESTADO

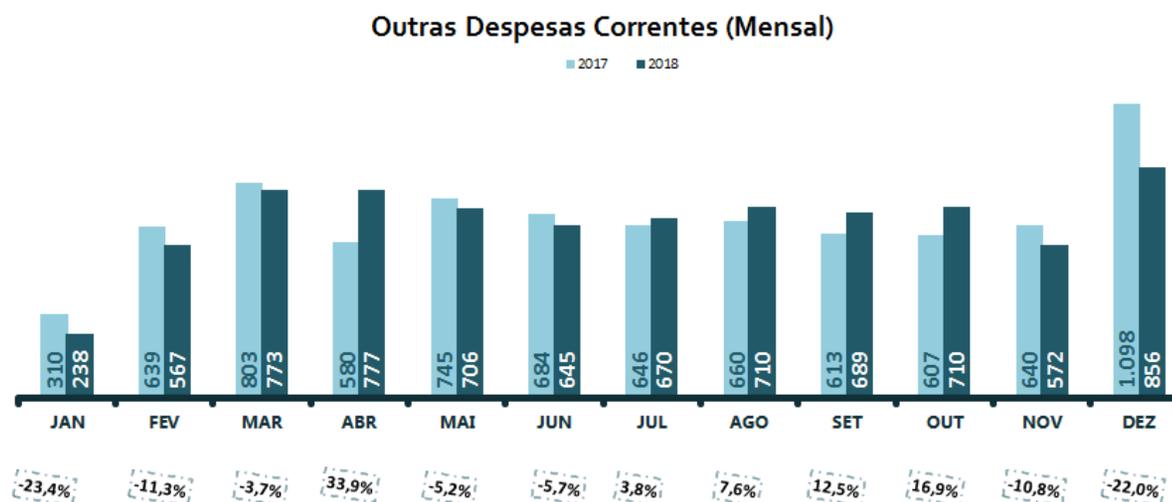
ITEM	META ANUAL	RESULTADO 6º BIMESTRE 2018
<b>CUSTEIO DO ESTADO</b>	<b>≤ R\$ 8,250 milhões</b>	<b>R\$ 7,925 milhões</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>&gt; R\$ -50 milhões</b>	<b>R\$ 853,92 milhões</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>&gt; R\$ -500 milhões</b>	<b>R\$ 33,10 milhões</b>
<b>INVESTIMENTO DO ESTADO</b>	<b>&gt; R\$ 1,5 milhões</b>	<b>R\$ 1,46 milhões</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>≤ R\$ 600 milhões</b>	(R\$ -957,5 milhões) <b>R\$ 310,5 milhões - Ajustado</b>
<b>COMPROMENTIMENTO DA RCL COM A DESPESA DE PESSOAL (EXECUTIVO)</b>	<b>≤ 49%</b>	<b>47,9%</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RCL</b>	<b>≤ 58%</b>	<b>61%</b>
Fonte: CGE - Contadoria Geral do Estado (28.02.2018)		

O equilíbrio das Contas Públicas é um grande desafio para qualquer governo. Para a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco não é diferente, observa-se que, apesar das dificuldades do cenário econômico dos últimos anos, o estado mantém, no seu terceiro ano consecutivo, o esforço na busca do equilíbrio fiscal dinâmico. Desde quando as projeções econômicas e financeiras apontaram para um cenário nacional restritivo, com ausência de crescimento, taxas de juros altas e baixas projeções de incremento real de receitas, o Governo de Pernambuco, por meio da Coordenação de Controle do Tesouro Estadual, estabeleceu metas, procedimentos e rotinas de combate ao desper-

dício e otimização de gastos de seus órgãos e entidades vinculadas. Os Planos de Contingenciamento e Monitoramento dos Gastos trouxeram aos órgãos públicos direcionamentos para a redução e o controle dos gastos. O principal objetivo é acompanhar as despesas, mantendo uma assídua orientação aos agentes públicos para o equilíbrio das contas, a manutenção dos serviços e das políticas públicas. Os planos estabeleceram um comitê gestor e disciplinam os limites de gastos por temas de custeio, regras para ampliação de gastos, vedação de algumas contratações e acréscimos em contratos, entre outros. Foi instituído ainda um grupo técnico para análise prévia e aprovação de novas despesas e acompanhamento de gastos, com reuniões quinzenais.

### 2.2.1 - CRESCIMENTO NOMINAL DO CUSTEIO DO ESTADO

O acompanhamento do Indicadores de controle do crescimento do custeio do Estado (Outras Despesas Correntes - ODC) mostra-se essencial para a garantia do equilíbrio fiscal dinâmico. Em 2018, a despesa total de custeio (Executivo mais Outros Poderes) ficou em R\$ 7,925 Bilhões, inferior à despesa de 2017 (R\$ 8,041 Bilhões) em -1,4%, resultado dentro da meta estabelecida.

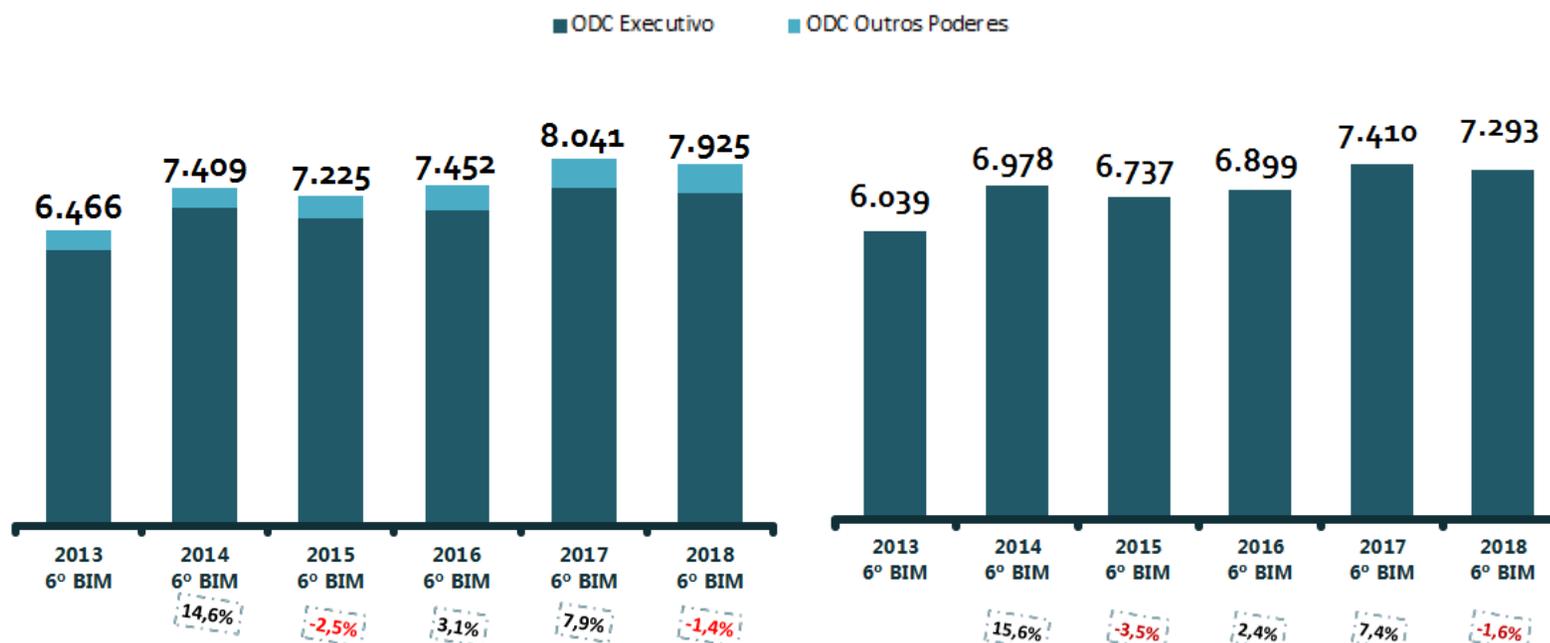


*Comportamento das Despesas de Custeio – ODC – Jan a Dez 2017-2018*  
 Valores em milhões e em percentual Fonte: e-Fisco

Nessa rubrica, o Governo do Estado tem feito um grande esforço para evitar aumento de gastos, mesmo diante de contratos firmados com fornecedores que contemplam reajuste automático pela inflação, efeito do aumento de preço dos combustíveis e dos fármacos, por exemplo, que subiram bem acima da inflação.

Considerando-se a segregação das despesas de custeio entre o Poder Executivo e os demais Poderes, observa-se uma redução de R\$ 117,42 milhões correspondendo a uma variação nominal negativa de 1,6% do 6º bimestre de 2018, frente ao que fora realizado no 6º bimestre de 2017, por parte do Poder Executivo, conforme constatado nos gráficos abaixo.

## Custeio Total do Estado (ODC)



Comportamento das Despesas de Custeio – ODC - 6º bimestre 2013 a 2018  
 Valores em milhões e em percentual Fonte: e-Fisco

Apesar de todos os esforços de controle do crescimento do custeio da máquina pública, as metas, tanto para o Resultado Primário, quanto para o Resultado Orçamentário, apontavam para uma situação deficitária.

### 2.2.2 – RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário foi de R\$ 853,92 milhões, no acumulado até o 6º bimestre de 2018, contra um resultado primário negativo de R\$ 101,39 milhões registrado no mesmo período do exercício anterior, correspondendo assim, a uma variação nominal positiva de R\$ 955,31 milhões. As receitas primárias, R\$ 29,02 bilhões, cresceram 7,8% contra um incremento de apenas 4,2%, das despesas primárias que totalizaram R\$ 28,16 bilhões. O crescimento da receita primária em nível superior à expansão observada na despesa primária permitiu a reversão do déficit primário registrado em 2017 para o superávit primário alcançado em 2018.

ESPECIFICAÇÃO	2017 - 6º BIM	2018 - 6º BIM	Var. Abs.	Var. %
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	- 101,39	853,92	955,31	942,2%
<b>Receita Primária</b>	26.925,10	29.017,57	2.092,47	<b>7,8%</b>
ICMS	14.340,05	15.665,37	1.325,32	9,2%
FPE	5.715,05	6.117,31	402,25	7,0%
Transf. Líq. p/ FUNDEB	- 1.342,19	- 1.605,15	- 262,96	19,6%
Convênios	461,68	382,39	- 79,29	-17,2%
Demais	7.750,51	8.457,65	707,14	9,1%
<b>Despesa Primária Paga</b>	27.026,50	28.163,66	1.137,16	4,2%
Pessoal	14.068,87	14.880,42	811,55	5,8%
Cota Parte - Municípios	4.097,02	4.395,01	297,99	7,3%
Outras Despesas Correntes	7.348,28	7.433,66	85,38	1,2%
Investimentos e Inversões	1.512,33	1.454,56	- 57,77	-3,8%

Resultado Primário acumulado até o 6º bimestre de 2017 x 2018

Valores em R\$ milhões

Fonte: Contabilidade e-fisco – Resultado Primário do 6º bimestre de 2016 x 2017

No cálculo do Resultado Primário, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

O Resultado Primário, desde o primeiro bimestre vem sendo apresentado no regime de caixa, ou seja, as receitas foram as que efetivamente ingressaram nos cofres do Tesouro Estadual, fundações, autarquias e estatais dependentes e as despesas foram as efetivamente desembolsadas por esses órgãos e entidades, inclusive com o pagamento dos restos a pagar inscritos em 31/12/2017. Essa alteração metodológica, prevista pela Lei Complementar Federal nº 156, de 2016 e publicações complementares pertinentes (a exemplo do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF), visou aproximar o cálculo do resultado primário efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN ao efetuado pelo Banco Central do Brasil, quando da consolidação da dívida de todos os entes públicos do país.

### **2.2.3 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

O Resultado Orçamentário, acumulado até o 6º bimestre de 2018, representa a diferença entre as receitas previstas no orçamento público e as despesas efetuadas no período de 2018, apresentou saldo positivo de R\$ 33,1 milhões, contra um saldo acumulado de R\$ 972,97 milhões negativos registrados no mesmo período do ano anterior. Tal incremento equivale a R\$ 1.006,07 milhões.

A Receita Orçamentária acumulada até o 6º bimestre de 2018, confrontada com a do mesmo período do exercício de 2017, contou com uma variação nominal positiva de 7,6%.

ESPECIFICAÇÃO	2017 - 6º BIM	2018 - 6º BIM	Var. Abs.	Var. %
Resultado Orçamentário	- 972,97	33,10	1.006,07	103,4%
Receita Orçamentária	32.347,52	34.792,97	2.445,45	7,6%
ICMS	14.340,05	15.665,37	1.325,32	9,2%
FPE	5.715,05	6.117,31	402,25	7,0%
Transf. Líq. p/ FUNDEB	- 1.342,19	- 1.605,15	- 262,96	19,6%
Convênios	461,68	382,39	- 79,29	-17,2%
Contr. Compl. FUNAFIN	2.449,51	2.499,66	50,15	2,0%
Demais	10.335,94	11.095,01	759,07	7,3%
Op. Crédito	387,47	638,38	250,91	64,8%

*Resultado e Receita Orçamentária acumulada até o 6º bimestre de 2017 x 2018*  
*Valores em R\$ milhões*  
*Fonte: Contabilidade e-fisco - Balanço Orçamentário acumulado até dezembro de 2017 e 2018*

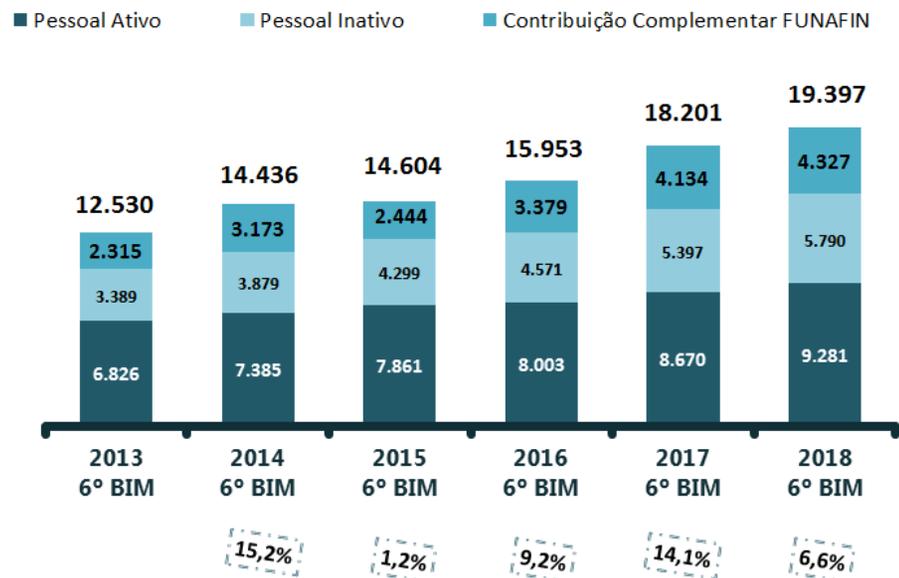
A Despesa Orçamentária acumulada até o 6º bimestre de 2018 registrou um crescimento da ordem de R\$ 1.439,38 milhões, confrontada com a do mesmo período do exercício de 2017, o que representa uma variação nominal positiva de 4,3%.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, até o 6º bimestre de 2018, somaram R\$ 16,9 bilhões. Em análise ampliada, ao acrescer os repasses a título de contribuição complementar ao FUNAFIN ao total de gastos com pessoal, o valor acumulado até o 6º bimestre de 2017 passa para R\$ 19,4 bilhões, o que aponta uma taxa de crescimento de 6,6% nestas despesas.

ESPECIFICAÇÃO	2017 - 6º BIM	2018 - 6º BIM	Var. Abs.	Var. %
<b>Despesa Orçamentária</b>	<b>33.320,49</b>	<b>34.759,87</b>	<b>1.439,38</b>	<b>4,3%</b>
Pessoal	15.809,26	16.918,76	1.109,50	7,0%
Contr. Compl. FUNAFIN	2.391,64	2.478,66	87,02	3,6%
Cota Parte - Municípios	4.083,95	4.459,75	375,80	9,2%
Outras Despesas Correntes	8.040,88	7.924,77	- 116,12	-1,4%
Investimentos e Inversões	1.628,78	1.464,46	- 164,32	-10,1%
Serviço da Dívida	1.365,97	1.513,46	147,50	10,8%

Despesa Orçamentária acumulado até o 6º bimestre de 2017 x 2018

Valores em R\$ milhões Fonte: Contabilidade e-fisco - Balanço Orçamentário acumulado até dezembro 2017 e 2018



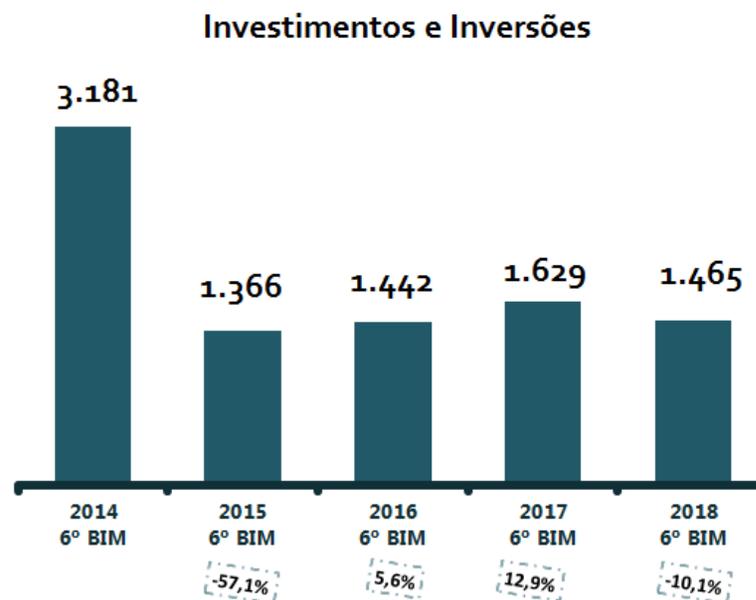
Comportamento da Despesa de Pessoal 6º bimestre 2013 a 2018

Valores em R\$ milhões e em percentual Fonte: e-Fisco

O crescimento das Receitas sendo superior ao crescimento das Despesas gerou o resultado orçamentário positivo em R\$ 33,1 milhões superando a meta estabelecida.

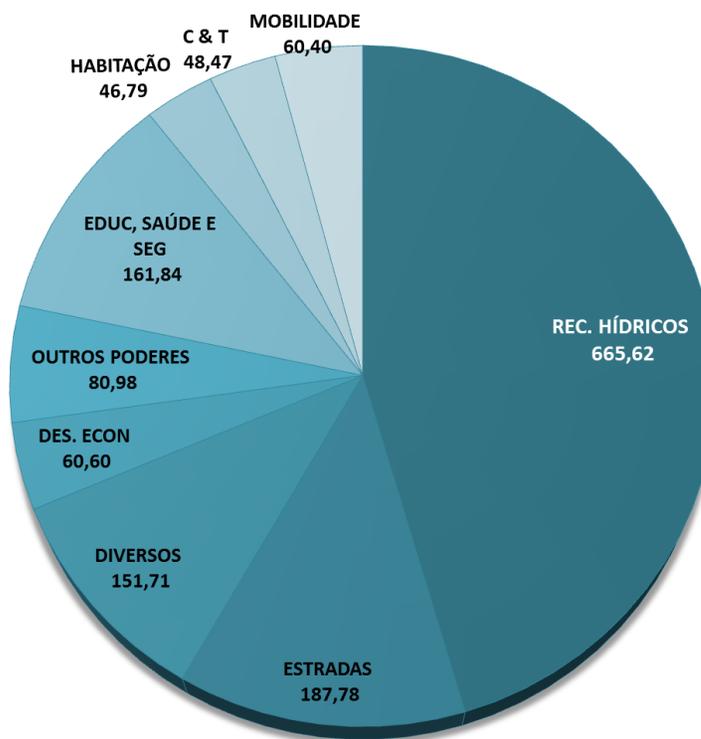
#### 2.2.4 - CRESCIMENTO NOMINAL DO INVESTIMENTO DO ESTADO

As despesas com o Investimento são destinadas a melhorar a capacidade do Estado em atender as demandas da população por meio da construção e aquisição de bens permanentes. A sua meta deve equilibrar a necessidade de ampliação dos investimentos com a capacidade orçamentária própria e captação de recursos para fazer jus aos mesmos. Na rubrica Investimentos e Inversões Financeiras, consideradas todas as fontes de receitas, no 6º bimestre de 2018, o Estado aplicou R\$ 1.464,54 milhões, contra R\$ 1.628,91 milhões em igual período de 2017, representando uma redução nominal de R\$ 164,36 milhões ou uma variação negativa de 10,1%.



*Comportamento das Despesas de Investimentos 6º bimestre 2014 a 2018*  
Valores em milhões e em percentual Fonte: e-Fisco

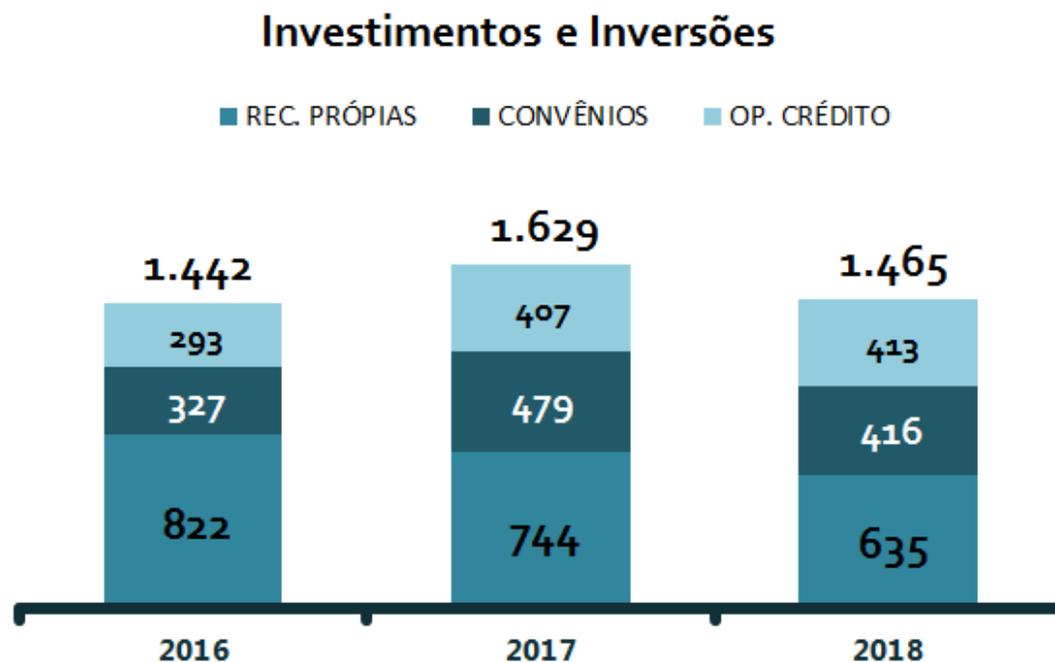
Dentre as principais áreas beneficiadas até o 6º bimestre de 2018, destacam-se os investimentos em Recursos Hídricos (R\$ 665,62 milhões), Estradas (R\$ 187,78 milhões), Desenvolvimento Econômico (R\$ 60,60 milhões), dentre outros. Os outros Poderes investiram R\$ 80,98 milhões.



**Distribuição das Despesas de Investimentos e Inversões em 2018. Acumulado até 6º bimestre 2018.**  
Valores em R\$ milhões em percentual  
Fonte: e-Fisco

Importante destacar a composição dos investimentos e inversões governamentais por sua execução por fonte de recursos. A despesa total com investimentos e inversões acumulada até dezembro de 2018 está assim distribuída:

- R\$ 635 milhões de receitas próprias;
- R\$ 413 milhões de receitas provenientes de operações de crédito e
- R\$ 416 milhões de receitas provenientes de convênios com a União.



*Distribuição das Despesas de Investimentos e Inversões 2016 a 2018, por fonte de recurso. Acumulado até 6º bimestre 2018.  
Valores em R\$ milhões  
Fonte: e-Fisco*

## 2.2.5 – RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal corresponde à diferença entre o total de receitas, incluindo as aplicações financeiras, e o total de despesas, incluindo as despesas com juros da dívida. Até 2017, um resultado nominal negativo indicava um superávit nominal, ou seja, que houve uma diminuição da dívida consolidada líquida, já um resultado positivo indicava um déficit nominal, que havia aumento da dívida. A partir de 2018, uma nova metodologia de cálculo do Resultado Nominal passou a vigorar. Essa nova metodologia foi disciplinada pela portaria 766 (15/09/2017) do Ministério da Fazenda da Fazenda. A partir de 2018, um Resultado Nominal negativo indica déficit nominal (aumento da dívida), enquanto que um resultado Nominal positivo indica superavit nominal (diminuição da dívida).

ESPECIFICAÇÃO		31/12/2017	31/12/2018
	DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	14.734,6	15.709,0
	DEDUÇÕES (XXIX)	1.558,2	1.575,0
	Disponibilidade de Caixa	1.475,3	1.493,7
	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.966,6	3.153,0
	(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.491,3	1.659,3
	Demais Haveres Financeiros	82,9	81,3
	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	13.176,5	14.134,0
	RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	-	957,5
	RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha		310,5

*Comportamento das Dívidas Consolidada Líquidas e Resultado Nominal 2017 a 2018*  
*Valores em milhões*  
*Fonte: e-Fisco*

Em 2018, o resultado nominal abaixo da linha (medido pela variação da Dívida Consolidada Líquida) foi de R\$ 957.5 milhões negativos, isto é, deficit nominal (aumento da dívida consolidada líquida).

Além da inversão de sinais do resultado nominal para indicar deficit ou superavit, a partir de 2018, o resultado nominal deixa de ser calculado pela variação da dívida fiscal líquida e passa a ser medido pela variação da dívida consolidada líquida. Além disso, os demonstrativos do resultado primário e do resultado nominal existentes até 2017 passaram a constituir um único quadro demonstrando tanto o Resultado Primário como o Nominal, ambos calculados pelas metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha”. Foi incluído também o quadro de ajuste metodológico para fazer convergir o cálculo dos resultados obtidos pelas duas metodologias.

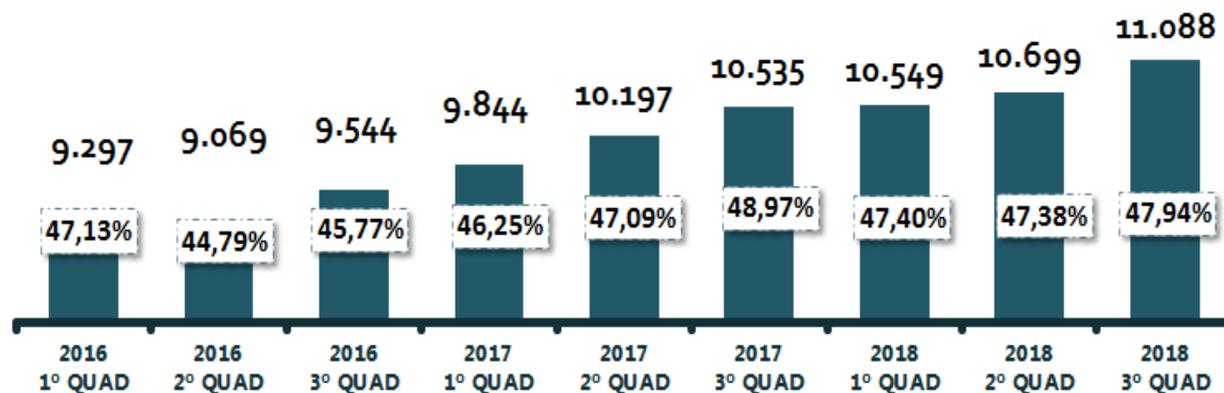
ESTADO DE PERNAMBUCO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO 2018 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO			
ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31/Dec/2017 (a)	Até o Bimestre 2018 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		14.734.618.398,51	15.708.381.884,38
DEDUÇÕES (XXX)		1.558.967.358,68	1.575.031.605,27
Disponibilidade de Caixa		1.415.274.069,81	1.493.724.352,01
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.966.572.069,28	3.153.010.231,12
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		1.491.297.999,47	1.659.285.339,11
Demais Haveres Financeiros		82.893.888,87	81.306.653,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXX)		13.176.450.959,83	14.133.350.279,11
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>			<b>(957.499.319,28)</b>
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre 2018	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	(167.987.333,64)		
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	-		
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	15.220.557,50		
OUTROS AJUSTES (XXXV)	1.084.821.702,26		
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)</b>	<b>310.530.279,52</b>		

Como demonstrado nos quadros anteriores, pela metodologia “abaixo da linha”, o Resultado Nominal de 2018 ajustado ficou em R\$ 310,5 milhões positivo.

Importante registrar que o saldo da dívida em real sofre, ainda, influência das correções monetárias e cambiais (dólar e euro) e que a relação entre a Dívida Consolidada Líquida - DCL e Receita Corrente Líquida - RCL, mantém em um patamar de 61% confortável para o Estado pois, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a DCL não pode ultrapassar 200% da RCL. A Receita Corrente Líquida é o resultado da soma de todas as receitas obtidas pelo Governo do Estado, deduzidos alguns itens explicitados pela própria LRF, tais como transferências constitucionais aos municípios, dedução para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), dentre outros.

### 2.2.6 – COMPROMENTIMENTO DA RCL COM A DESPESA DE PESSOAL (EXECUTIVO)

Quanto ao comportamento de Gastos com Pessoal frente à RCL, o Poder Executivo apresentou no 3º quadrimestre de 2018 um comprometimento de 47,94%, inferior à meta e limite máximo (49%) - estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - e superior ao limite prudencial (46,55%). O resultado foi melhor do que o resultado final de 2017, marcado em 48,97%.



*Comportamento das Despesas Líquida de Pessoal (% da RCL) por quadrimestre 2016 (1 Quad) a 2018 (3º Quad)  
Valores em milhões e em percentual  
Fonte: e-Fisco*

### 2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SEFAZ

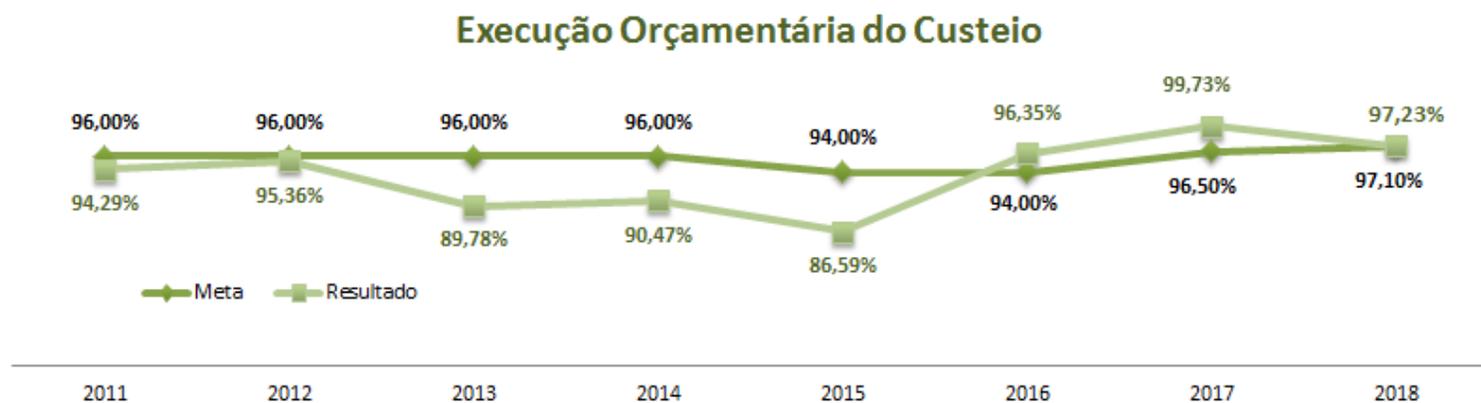
Neste tema, foram instituídas duas metas para 2018:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO	META ANUAL 2017	RESULTADO
ORÇAMENTO AUTORIZADO X VALOR LIQUIDADO	≥ 97,1%	97,23%

Fonte: GGO – Gerência de Gestão Orçamentária (24.01.2019)

A SEFAZ vem buscando maximizar a execução orçamentária, sem perder de vista a qualidade do gasto e o alinhamento com o plano de Monitoramento de Gastos do estado (PMG). O valor liquidado em 2018 para o Custeio da SEFAZ, incluindo as Despesas de Exercício Anterior-DEA totalizou R\$ 84,56 milhões.

Esse valor contabiliza uma execução orçamentária de 97,23%, que supera a meta estabelecida para o ano (97,10%).

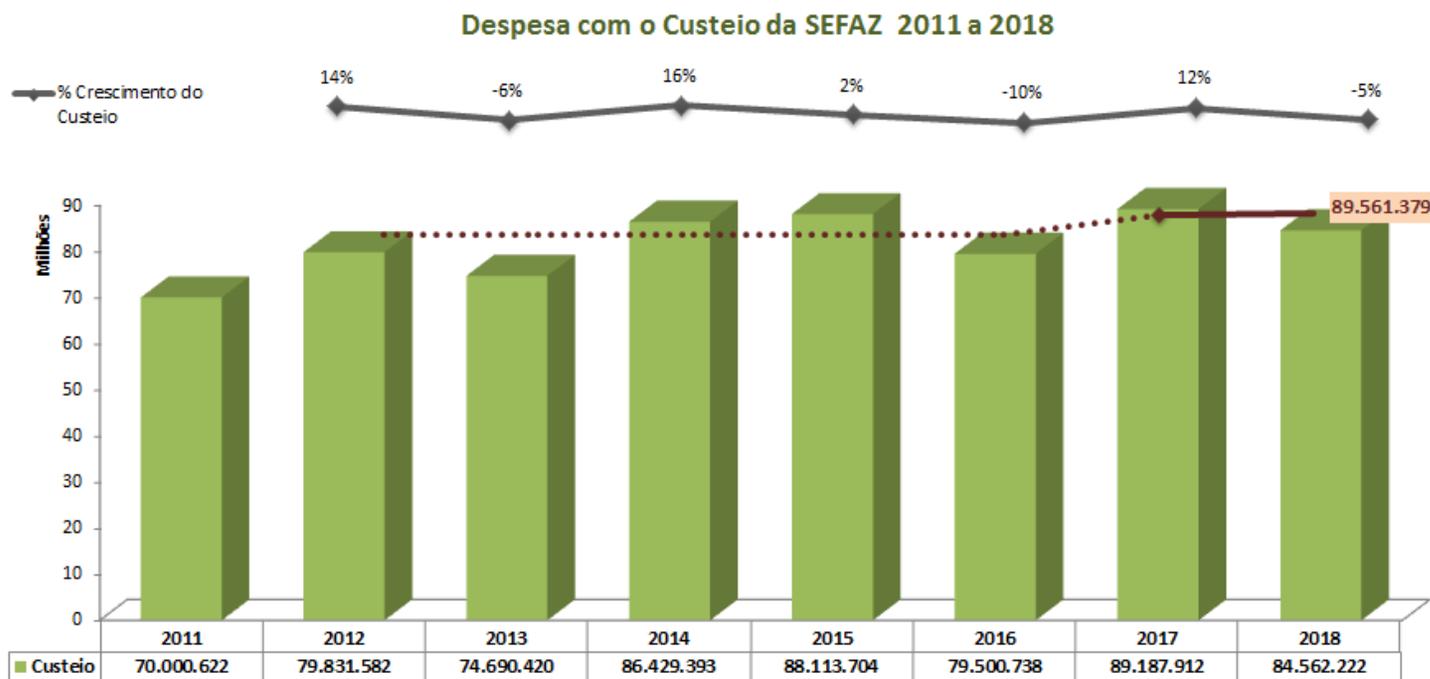


EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO	META 2018	RESULTADO*
TETO FINANCEIRO DO PMG	R\$ 89.561.379	R\$ 84.244.322

Fonte: GGO – Gerência de Gestão Orçamentária (24.01.2019)

\* Nota: Excluída a verba indenizatória dos AFTEs e as Despesas dos Exercícios Anteriores

A SEFAZ, mais uma vez, conseguiu manter as suas despesas dentro do teto financeiro estipulado de R\$ 89,6 milhões, inferior ao patamar nominal de custeio do ano de 2014 e cumprindo os acordos e direcionamentos estabelecidos por ocasião do Plano de Monitoramento de Gastos.



## 2.4. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DE PERNAMBUCO

A SEFAZ, visando o aperfeiçoamento a sua gestão fiscal, tem firmado contratos de empréstimo com recursos de instituições financeiras internacionais, para execução de projetos de modernização.

O PROMOFAZ foi o primeiro projeto de modernização em nível nacional, assinado pelo governo de Pernambuco em 1998 e finalizado em 2006. Foram utilizados US\$ 50 milhões, sendo metade dos recursos provenientes de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o restante, de contrapartida do tesouro.

Em 2010, foi assinado o segundo contrato para execução do Projeto de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO I. O investimento total do projeto somou US\$ 22,19 milhões, sendo US\$ 15 milhões financiados pelo BID e US\$ 7,19 milhões de contrapartida do Tesouro Estadual. O contrato foi assinado em julho de 2010 e teve duração total de seis anos, atingindo a meta de 100% de execução em julho de 2016.

Por meio de convênio de cooperação entre os Estados, publicado no DOU de 29/12/2014, o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ aprovou a criação de um novo programa com base nas diretrizes e recomendações propostas para o próximo ciclo de modernização da gestão fiscal dos estados brasileiros. Também com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento o novo programa de aperfeiçoamento das Gestões Fiscais subnacionais está sendo chamado de PROFISCO II.

Nesse sentido, uma meta da Coordenação Institucional da SEFAZ, no ano de 2018, foi a de dar prosseguimento aos trâmites de Desenvolvimento e Negociação (junto ao Banco Financiador e ao Governo Federal) da nova operação de empréstimo para o Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco - PROFISCO II PE

PREPARAÇÃO DO PROFISCO II	CONCLUSÃO ATÉ DEZ/2018	RESULTADO
Negociação e assinatura da Minuta Contratual da Operação	100%	100%

O novo projeto PROFISCO em Pernambuco busca obter empréstimo de US\$ 37 milhões. A Preparação consiste em seguir os ritos (mostrados no diagrama abaixo) de aprovação da operação junto ao banco financiador (neste caso, o BID) e ao Governo Federal.



Ao longo de todo o ano de 2017, por meio de 3 missões de diagnóstico, identificação e análise (fevereiro, agosto e novembro) a SE-FAZ, em conjunto com outras Secretarias e órgãos do Estado, trabalhou com o Planejamento e Desenvolvimento da Operação junto ao BID.

Em 24/02/2017, o estado de Pernambuco enviou à COFIEIX - Comissão de Financiamento Externo do Ministério de Planejamento, a 1ª Carta Consulta para o PROFISCO II. Visando a ampliação do valor do Empréstimo, em 25/10/2017, foi submetida uma nova Carta Consulta. Em 18/01/2018, o Estado de Pernambuco obteve o aval da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX) do Governo Federal.

Em 28/06/2018, representantes do estado de Pernambuco, da COFIEIX, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional negociaram e assinaram a minuta contratual do empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. (passo 4 do fluxo de aprovação)

Em 21/08/2018, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios-COPEM, vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional, emitiu parecer nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (SEI 1027973) com a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito externo (passo 5 do fluxo de aprovação)

Os passos seguintes, (que tramitaram em final de 2018 e continuarão em 2019), envolvem: 1) análises jurídicas e técnicas complementares por parte do Governo Federal, 2) despachos do Ministério da Fazenda (Economia) e da Presidência da República ao Senado Federal, 3) análise e autorização do Senado Federal, 4) assinatura do contrato e primeiro desembolso do empréstimo.

### 3. CUSTEIO E INVESTIMENTO DA SEFAZ (LOA)

DESPESAS	2017				2018				
	Orçamento + Alterações	Empenhado	Liquidado	Orçamento Realizado	Orçamento + Alterações	Empenhado	Liquidado	Orçamento Realizado	
<b>TOTAIS</b>	<b>1.002.881.515,99</b>	<b>961.313.031,02</b>	<b>961.217.324,83</b>	<b>95,85%</b>	<b>977.377.015,92</b>	<b>962.318.687,72</b>	<b>962.318.687,72</b>	<b>98,46%</b>	
<b>3.1 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>906.188.816,60</b>	<b>864.865.310,77</b>	<b>864.865.310,77</b>	<b>95,44%</b>	<b>879.821.326,17</b>	<b>868.296.165,31</b>	<b>868.296.165,31</b>	<b>98,69%</b>	
<b>3.3 Outras Despesas Correntes</b>	<b>89.432.891,20</b>	<b>89.187.912,06</b>	<b>89.187.912,06</b>	<b>99,73%</b>	<b>86.971.684,10</b>	<b>84.562.221,52</b>	<b>84.562.221,52</b>	<b>97,23%</b>	
<b>Manutenção</b>	Fonte 101	78.881.570,59	78.636.591,45	78.636.591,45	99,69%	73.514.626,76	71.220.189,68	71.220.189,68	96,88%
	Fonte 125	10.551.320,61	10.551.320,61	10.551.320,61	100,00%	12.401.000,00	12.310.015,71	12.310.015,71	99,27%
	Fonte 119					1.056.057,34	1.032.016,13	1.032.016,13	97,72%
<b>4.4 Investimentos</b>	<b>7.259.808,19</b>	<b>7.259.808,19</b>	<b>7.164.102,00</b>	<b>98,68%</b>	<b>10.584.005,65</b>	<b>9.460.300,89</b>	<b>9.460.300,89</b>	<b>89,38%</b>	
<b>a) SEFAZ</b>					<b>10.584.005,65</b>	<b>9.460.300,89</b>	<b>9.460.300,89</b>	<b>89,38%</b>	
Fonte 125	4.764.174,08	4.764.174,08	4.764.174,08	100,00%	7.700.517,09	7.022.416,91	7.022.416,91	91,19%	
Fonte 101	2.495.634,11	2.495.634,11	2.399.927,92	96,17%	2.879.700,90	2.437.883,98	2.437.883,98	84,66%	
Fonte 119					3.787,66	-	-		
<b>b) PROFISCO</b>	-	-	-		-	-	-		
Fonte 125									
Fonte 103									
Fonte 140									

Para o exercício de 2018, a SEFAZ recebeu autorização orçamentária total de R\$ 977,38 milhões para as despesas de Pessoal e Encargos, Outras Despesas Correntes e Investimentos. O percentual de execução total do orçamento da SEFAZ foi de 98,46%. No item Pessoal e Encargos Sociais do valor autorizado de R\$ 879,8 milhões, 98,69% foi executado. No item Outras Despesas Correntes, que reflete a manutenção do custeio, foram autorizadas R\$ 86,9 milhões, sendo o percentual de execução 97,23%. No item investimentos, a SEFAZ recebeu autorização orçamentária de R\$ 10,6 milhões tendo um percentual de execução de 89,38%.

## 4. DESCRIÇÃO DAS METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) DA SEFAZ EM 2018

### 4.1. Resultados da realização das Metas (físicas e financeiras) conforme o PPA/LOA da SEFAZ

#### 4.1.1. Metas Físicas

Quanto às Metas Físicas definidas no PPA, a grande maioria não foi quantificada por orientação do órgão responsável pela coordenação da elaboração do Orçamento - SEPLAG, tendo em vista não serem os projetos/atividades da SEFAZ integrantes de programas finalísticos, segundo o PPA.

Com efeito, a Lei do PPA 2016-2019 (Lei nº 15.703 de 21 de dezembro de 2015) dispõe no § 1º do art. 1º que:

“Art. 1º

.....

§1º Para o cumprimento das disposições do Plano Plurianual 2016-2019 de que trata o *caput*, consideram-se:

.....

III - Programa: conjunto articulado de ações, órgãos executores e pessoas motivadas para o alcance de um objetivo comum, podendo ser classificado em dois tipos:

- a) Programa Finalístico: aquele que resulta em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade pela Administração Pública Estadual;
- b) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: aquele que orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, composto por ações não tratadas nos Programas Finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado, podendo ser composto, inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativa.”

Por outro lado, consistentemente com o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO (Lei nº 16.148 de 20 de setembro de 2017), estabelece:

“Art. 8º Para efeito da presente Lei, entendem-se como:

.....

III - Produto, o resultado da ação governamental, expresso sob a forma de bem ou serviço posto à disposição da sociedade;

IV - Meta, a quantificação dos produtos.

.....

Desta feita, as atividades, os projetos e as operações especiais da SEFAZ, contidas no PPA/LOA 2018, são rotineiras em todos os casos e não são expressas em bens ou serviços postos à disposição da sociedade. As atividades, os projetos e as operações especiais operacionalizadas pelas UGEs 150101, 150104, 150106, 150107, 150108 e 150111 foram aprovados pela SEPLAG nos seguintes Programas de Trabalho:

**A) Atividades:**

- 04.128.0955.0168 - Desenvolvimento, através da formação do corpo funcional da SEFAZ (Treinamento e Capacitação através da ESAFAZ)
- 04.846.0955.0171 - Concessão de Vale Transporte e Auxílio Alimentação a Servidores da SEFAZ
- 28.846.0955.0174 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal à Disposição da SEFAZ
- 04.846.0955.0175 - Contribuições Patronais da SEFAZ ao FUNAFIN
- 04.128.0955.1639 - Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ
- 04.126.0955.2028 - Operacionalização do Acesso à Rede Digital Corporativa de Governo da Secretaria da Fazenda
- 04.129.1016.4085 - Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias
- 04.126.0955.4263 - Operação e Manutenção das Atividades de Informática na Secretaria da Fazenda
- 04.122.0955.4373 - Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda
- 04.126.0955.4423 - Operacionalização e Melhoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da SEFAZ
- 04.131.1077.4580 - Manutenção da Ouvidoria da Secretaria da Fazenda

**B) Projetos:**

- 04.129.0955.0178 - Reparcelhamento e Reequipamento da Secretaria da Fazenda – FAAF
- 04.129.0587.3441 - Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ

**C) Operações Especiais:**

- 28.846.0955.0176 - Contribuição Complementar da SEFAZ ao FUNAFIN

OBS.:

O Quadro seguinte especifica a meta física de cada atividade/projeto/operação especial, a localização e o respectivo responsável na SEFAZ:

Quadro 1

**DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS CONFORME PPA/LOA 2018 POR AÇÃO/SUBAÇÃO  
SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO**

**AÇÃO: 4085 Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias/SUBAÇÃO: 0008-Ampliação de Receitas - ICMS**

**Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Bernardo Juarez D'Almeida	Meta Realizada

**AÇÃO: 4085 Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias/SUBAÇÃO: 0009-Ampliação de Receitas – IPVA**

**Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Todo o Estado	1	Bernardo Juarez D'Almeida	Meta Realizada

**AÇÃO: 4085 Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias/SUBAÇÃO: B246-Processo de Captura Eletrônica de Dados**

**Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Bernardo Juarez D'Almeida	Meta Realizada

**AÇÃO: 4085 Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias/SUBAÇÃO: B250-Custeio de Diárias para Dar Suporte às Atividades da Área Tributária**

**Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Bernardo Juarez D'Almeida	Meta Realizada

**AÇÃO: 4085 Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias/SUBAÇÃO: C143-Disp.c/Locomoção de Veículos da SEFAZ p/Suporte às Atividades Tributárias**

**Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Bernardo Juarez D'Almeida	Meta Realizada

**AÇÃO: 0168 Treinamento e Capacitação dos Recursos Humanos da SEFAZ - ESAFAZ****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	325	Juliana Pereira Guimarães	Servidor Capacitado

**AÇÃO: 1639 Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Ana Paula de Albuquerque Xavier	Meta Realizada

**AÇÃO: 1639 Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ/SUBAÇÃO: 1146-Indenizações da Operação Tributária****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	2.200	Ana Paula de Albuquerque Xavier	Restituição/Indenização Efetuada

**AÇÃO: 1639 Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ/SUBAÇÃO: C091-Apoio Administrativo-Pagt.de Estagiários da SEFAZ****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Ana Paula de Albuquerque Xavier	Meta Realizada

**AÇÃO: 2028 Operacionalização do Acesso à Rede Digital Corporativa de Governo da Secretaria da Fazenda(PE-MULTIDIGITAL)/SUBAÇÃO: 0152-Manutenção da Rede Digital Corporativa de Governo-SEFAZ****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Danielle Campelo de Melo Augusto	Rede Mantida

**AÇÃO: 4263 Operação e Manutenção das Atividades de Informática na Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Danielle Campelo de Melo Augusto	Núcleo de Informática Mantido

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: B251-Despesas com Energia Elétrica da Secretaria da Fazenda****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: B252-Fornecimento de Segurança Pessoal e Patrimonial da Secretaria da Fazenda****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: C092-Despesas com Taxa de Água e Esgoto da SEFAZ****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: C093-Despesas com Combustível da SEFAZ****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: C094-Pagamento de Diárias da SEFAZ-Suporte****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: C095-Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação da SEFAZ****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: C096-Despesas com Locação de Veículos da SEFAZ para Suporte Técnico/Administrativo****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: C100-Apoio Administrativo-Prestação de Serviços Terceirizados na SEFAZ****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 4423 Operacionalização e Melhoria da Infraestrutura de tecnologia da Informação da SEFAZ/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Danielle Campelo de Melo Augusto	Sistema Mantido

**AÇÃO: 4580 Manutenção da Ouvidoria da Secretaria da Fazenda/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Edson de Farias Tenório	Ouvidoria Mantida

**AÇÃO: 0171 Concessão de Vale Transporte e Auxílio Alimentação a Servidores da SEFAZ/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 0174 Ressarcimento de Despesas de Pessoal à Disposição da SEFAZ/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 0175 Contribuições Patronais da SEFAZ ao FUNAFIN/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 0176 Contribuição Complementar da SEFAZ ao FUNAFIN/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 0178 Reparelhamento e Reequipamento da SEFAZ/SUBAÇÃO: 0000-Outras Medidas****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Meta Realizada

**AÇÃO: 0178 Reparelhamento e Reequipamento da SEFAZ/SUBAÇÃO: 0471-Construção do Posto Fiscal de Xexeu****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Xexeu	1	Marcelo José Mendonça de Sá	Posto Construído

**AÇÃO: 3441 Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ/SUBAÇÃO: 1724-Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária e Transparência Fiscal - PROFISCO****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Daniella Myrian Silva	Projeto Implantado

**AÇÃO: 3441 Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ/SUBAÇÃO: A567-Administração do PROFISCO****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Daniella Myrian Silva	Meta Realizada

**AÇÃO: 3441 Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ/SUBAÇÃO: A573-Aperfeiçoamento da Administração Financeira e Gasto Público - PROFISCO****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Daniella Myrian Silva	Projeto Implantado

**AÇÃO: 3441 Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ/SUBAÇÃO: A574-Aperfeiçoamento da Administração Tributária e do Contencioso Fiscal - PROFISCO****Metas Físicas:**

Localização:	2018		
	Meta	RESPONSÁVEL	PRODUTO
Não regionalizada	1	Daniella Myrian Silva	Projeto Implantado

Quanto às Metas Financeiras, a quantificação em cada Ação, delimitada no PPA, baseia-se no valor do custeio e dos investimentos atribuído pela equipe de planejamento da SEFAZ e da SEPLAG para o intervalo de 4 (quatro) anos segmentado por exercício financeiro como indicador para a LOA. A realização do custeio (Outras Despesas Correntes) obedece ao imperativo das licitações e contratações no curso do exercício, tendo como limite o valor do orçamento autorizado na LOA, variando para mais ou para menos, conforme o tipo da despesa atinente a cada Ação.

Nas Ações que têm maior incidência de despesas continuadas, a tendência é a alteração do valor para maior, em razão do reajuste dos contratos previsto na Lei nº 12.525/2003, alterada pela Lei nº 12.932/2005. Nas Ações cujo peso maior encontra-se em materiais de consumo, a tendência é que a realização seja menor do que o valor autorizado em razão da substancial economia financeira quando da licitação das despesas via Pregão Eletrônico.

Lembramos ainda que, em 2017, o Decreto nº 44.279, de 03 de abril de 2017, deu continuidade ao Plano de Contingenciamento implantado em 2015, onde a SEFAZ tem feito um grande esforço para cumprir com as metas estabelecidas, sem perder de vista à manutenção das atividades ligadas ao aumento da arrecadação e à manutenção do equilíbrio fiscal.

O que vem demonstrado no Quadro abaixo reflete os pontos acima referidos - o montante atribuído pelo PPA, que é o valor autorizado na LOA, e suas alterações e a realização das despesas por Grupo, Natureza e Fonte, além do percentual de realização.

## Quadro 2

<b>DEMONSTRATIVO DAS METAS FINANCEIRAS CONFORME PPA/LOA - 2018 POR AÇÃO SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO</b>					
<b>AÇÃO: 4085 Aumento da Arrecadação de Receitas Próprias</b>					
<b>Metas Financeiras:</b>					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	29.383.100,00	22.061.952,51	21.207.227,91	96,13
<b>AÇÃO: 0168 Treinamento e Capacitação dos Recursos Humanos da SEFAZ - ESAFAZ</b>					
<b>Metas Financeiras:</b>					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	1.125.000,00	928.431,00	872.819,29	94,01
<b>AÇÃO: 1639 Desenvolvimento e Coordenação da Política de Gestão de Pessoas da SEFAZ</b>					
<b>Metas Financeiras:</b>					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	7.559.400,00	8.322.462,00	8.105.172,67	97,39
<b>AÇÃO: 2028 Operacionalização do Acesso à Rede Digital Corporativa de Governo-PE-MULTIDIGITAL da Secretaria da Fazenda</b>					
<b>Metas Financeiras:</b>					
Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	2.062.000,00	1.406.397,49	1.296.658,43	92,20
<b>AÇÃO: 4263 Operação e Manutenção das Atividades de Informática na Secretaria da Fazenda</b>					

**Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	0,00	1.344.757,33	1.203.354,37	89,48
125000000	3.3 ODC	929.000,00	929.000,00	838.016,53	90,21

**AÇÃO: 4373 Suporte às Atividades Fins da Secretaria da Fazenda****Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.1 Pessoal e Encargos	443.500.000,00	446.917.765,89	446.144.057,07	99,83
101000000	3.3 ODC	26.327.900,00	23.109.699,59	22.330.908,07	96,63

**AÇÃO: 4423 Operacionalização e Aperfeiçoamento do Sistema Integrado e-Fisco****Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	0,00	15.611.126,84	15.562.489,76	99,69
101000000	4.4 Investimentos	0,00	2.543.400,90	2.355.455,84	92,61
125000000	4.4 Investimento	0,00	791.205,00	659.482,49	83,35
125000000	3.3 ODC	11.472.000,00	11.472.000,00	11.471.999,18	100,00
119000000	3.3 ODC	0,00	1.059.845,00	1.032.016,13	97,37

**AÇÃO: 4580 Manutenção da Ouvidoria da Secretaria da Fazenda****Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	5.000,00	5.000,00	0,00	0

**AÇÃO: 0171 Concessão de Vale-Transporte e Auxílio-Alimentação a Servidores da SEFAZ****Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.3 ODC	744.300,00	724.800,00	641.559,18	88,52

**AÇÃO: 0174 Ressarcimento de Despesas de Pessoal a Disposição da SEFAZ****Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA	Orç. Autorizado	Realização	Realizado x Orç.
---------------	-----------------	--------------	-----------------	------------	------------------

		2018	2018	UGE 2018	(%)
101000000	3.1 Pessoal e Encargos	260.000,00	260.000,00	0,00	0

**AÇÃO: 0175 Contribuições Patronais da SEFAZ ao FUNAFIN**

**Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.1 Pessoal e Encargos	95.057.000,00	112.071.963,94	112.071.963,93	100,00

**AÇÃO: 0176 Contribuição Complementar da SEFAZ ao FUNAFIN**

**Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	3.1 Pessoal e Encargos	341.000.000,00	320.571.596,34	310.080.144,31	96,73

**AÇÃO: 0178 Reparelhamento e Reequipamento da SEFAZ**

**Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
101000000	4.4 Investimentos	0,00	336.300,00	82.428,14	24,51
125000000	4.4 Investimentos	5.332.000,00	6.909.312,09	6.362.934,42	92,09

**AÇÃO: 3441 Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ**

**Metas Financeiras:**

Fonte Recurso	Categoria/Grupo	Valor do PPA 2018	Orç. Autorizado 2018	Realização UGE 2018	Realizado x Orç. (%)
103000000	4.4 Investimentos	10.746.400,00	0,00	0,00	0

**Total Liquidado 2018**

**962.318.687,72**